

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA



- 2019 -

Ano base 2018

Sumário

Identificação Geral	3
Políticas Públicas	4
Atividades Desenvolvidas	5
Compromisso	6
Recursos	7
Desempenho	9
Governança	10
Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:	10
Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão	12
Formas de Participação Cidadã em Processo Decisório.....	13
Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	13
Financeiro.....	15
Evolução das Despesas 2014-2018	15
Desempenho Orçamentário – Análise da Execução	16
Custo de Pessoal.....	16
Política de Remuneração	17
Política de Participação dos Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade	17
Manifestação do Conselho de Administração	18

Identificação Geral

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa visa consolidar e formalizar os principais componentes da Governança Corporativa da CDRJ, a fim de que a Companhia mantenha os padrões de excelência em suas atividades e aperfeiçoe o relacionamento e a comunicação com seus empregados e clientes, de forma a melhor cumprir suas obrigações estatutárias, garantindo a transparência nos processos e procedimentos corporativos, promovendo a melhoria constante de sua Política Pública e Governança Corporativa.

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro subscreve a presente Carta Anual, referente ao exercício social de 2018, tendo sido as informações técnicas extraídas do Relatório de Gestão 2018.

CNPJ: 42.266.890/0001-28 NIRE: 3330008080-5

Companhia Docas do Rio de Janeiro

Sede: Rua Acre, 21 - Centro - CEP: 20081-000 - Rio de Janeiro/RJ

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: sociedade anônima

Tipo de capital: fechado

Abrangência de atuação: Estado do Rio de Janeiro

Setor de atuação: Serviços Portuários

Diretor Administrativo Financeiro: Helio Szmajser

Telefone: (21) 2219-8559/8560 – E-mail: helio.szmajser@portosrio.gov.br

Auditores independentes: Staff Auditoria e Assessoria EPP

Responsável: Roberto Araújo de Souza – CTCRC 1SP242826/O-3 S “RJ”

Conselheiros de Administração subscritores:

CPF

Dino Antunes Dias Batista	258.656.438-35
Mariana Pescatori Candido da Silva	988.113.121-91
Júlio César Barbosa Melo	338.012.405-25
Davi Emery Cade	493.874.727-87
Carlos Eduardo Collares Moreira Portella	592.364.427-49
Paulo Renato Bastos Rodrigues Marques	597.737.907-20

Diretoria Executiva

CPF

Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira - Diretor Presidente	332.852.767-20
Helio Szmajser - Diretor Administrativo Financeiro	553.615.367-68
Jean Paulo Silva - Diretor de Relações com o Mercado e Planejamento	014.363.387-27
Shalon Charles da Silva Gomes - Diretor de Gestão Portuária	771.428.456-00

Rio de Janeiro, XX de outubro de 2019¹

¹ Documento aprovado pelo Conselho de Administração em sua 731ª reunião, de 13 de janeiro de 2020.

Políticas Públicas

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ foi constituída através do Decreto-Lei nº 256, de 28 de fevereiro de 1967, com a incorporação de patrimônio da extinta autarquia federal Administração do Porto do Rio de Janeiro - APRJ, no qual ficou consignado seu papel de autoridade responsável pela administração dos portos organizados localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Sob a perspectiva do atendimento ao interesse coletivo, a CDRJ atua, em conformidade com a Lei 12.815/2013 e com o Decreto 8.033/2013, como vetor do desenvolvimento regional e da integração nacional através do planejamento e execução de ações vinculadas à exploração dos Portos Organizados sob sua responsabilidade.

Neste contexto, a execução das Políticas Públicas é resultante da aderência da CDRJ às ações estabelecidas nos instrumentos de planejamento setorial e programas de governo, os quais estão elencados a seguir:

Plano Nacional de Logística Portuária – PNL

O PNL constitui o principal instrumento de planejamento estratégico do setor portuário nacional, buscando identificar vocações de diversos portos conforme o conjunto de suas respectivas áreas de influências, de forma a garantir a eficiente alocação de recursos a partir da priorização de investimentos.

Plano Mestre

Instrumento de planejamento do Estado voltado à unidade portuária, que visa direcionar as ações, melhorias e investimentos de curto, médio e longo prazo no porto e em seus acessos.

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

Planejamento operacional da Administração Portuária com a definição de metas e ações para a expansão racional e otimização do uso de áreas e instalações portuárias e compatibilização das políticas de desenvolvimento urbano.

Plano Geral de Outorgas – PGO

Plano de ação para a execução das outorgas de novos portos e instalações portuárias, o qual consolida a relação de áreas a serem destinadas à exploração portuária nas modalidades de arrendamento, concessão, autorização e delegação.

Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP

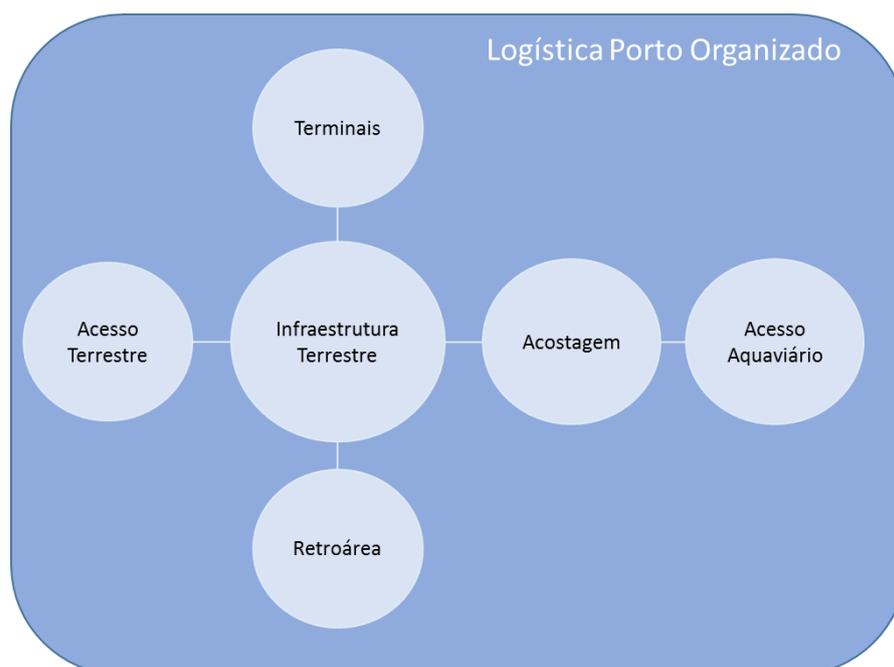
O PMGP se insere no âmbito do Plano Plurianual 2016-2019 da União Federal com o objetivo de aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário através da implantação de novo modelo de gestão baseado no cumprimento de metas de desempenho.

Atividades Desenvolvidas

A CDRJ atua nas áreas de logística portuária e infraestrutura através dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis atendendo à demanda anual de mais de 60 milhões de toneladas de carga movimentada, com relevante participação nas exportações da cadeia produtiva nacional, que representam mais de 80% desta movimentação.

Nossas atividades empresariais estão organizadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Acesso Aquaviário, compreendendo a gestão do canal de acesso aquaviário ao tráfego de embarcações, assim como respectivas bacias de evolução e áreas de fundeio;
- Acostagem, disponibilização de infraestrutura de berços de atracação capacitados para a operação de embarcações de grande porte;
- Acesso Terrestre, compreendendo a gestão de gates de acesso ao Porto Organizado e a integração com os modais rodoviário e ferroviário;
- Infraestrutura Terrestre, disponibilização de serviços e facilidades de apoio às operações portuárias;
- Terminais Especializados, exploração indireta de Terminais através do modelo de Landlord (Arrendamentos) com foco na especialização da infraestrutura e concentração de cargas;
- Retroárea, gestão comercial de áreas integradas ao Porto Organizado para utilização em empreendimentos de apoio logístico, integração com setores econômicos e relação porto-cidade.



Compromisso

Em atendimento aos instrumentos de Políticas Públicas que regem suas atividades, e em estrita consonância com seu objeto definido em Estatuto Social, a CDRJ adota o presente compromisso na consecução de seus objetivos.

Missão:

Garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

Visão:

Até 2020, ser reconhecida como a autoridade portuária referência no que tange à gestão portuária e agregação de valor ao usuário, com sustentabilidade econômico-financeira e ambiental.

Valores:

Os princípios e diretrizes que norteiam a conduta da CDRJ e seus trabalhadores no tratamento aos clientes, na realização de negócios, e no relacionamento com a comunidade estão expressos no quadro abaixo:

Valorização do Capital Humano

- Manter com seus trabalhadores, um relacionamento participativo, motivador e voltado para o desenvolvimento contínuo da capacitação de seu pessoal, que crie um desafio permanente de evolução inovadora.

Comprometimento

- Atuar de forma integrada com a sociedade, com engajamento expressivo no desenvolvimento econômico-social de sua hinterlândia, com ênfase nos municípios onde atua, como geradora de empregos e indutora da atividade econômica.

Transparência

- Assegurar a publicidade e a transparência na gestão, através da adoção de boas práticas de governança.

Foco na Satisfação dos Clientes

- Atuar de forma competitiva em relação a outros portos nacionais e internacionais, através da qualidade dos serviços e dos preços praticados.

Responsabilidade Sócioambiental

- Zelar pelo cumprimento da legislação ambiental e de segurança e saúde no trabalho por parte de todos os agentes envolvidos na operação portuária, dentro da área do porto organizado.

Ética

- Zelar pela lisura e integridade do negócio a partir de uma cultura de comportamento ético pautada na probidade, boa fé e urbanidade na condução de todas as atividades.

Inovação

- Buscar e incentivar, junto aos demais modais e as diversas esferas de governo, o desenvolvimento de soluções integradas que elevem a competitividade do Porto e se traduza em satisfação de seus clientes.

Mapa Estratégico:

As metas e iniciativas para a consecução dos objetivos estratégicos foram definidas conforme o alinhamento estratégico da CDRJ, conforme ilustrado no mapa estratégico:



Recursos

O Orçamento de Investimentos da CDRJ no exercício 2018 foi segmentado em dois programas constantes no Plano Plurianual 2016-2019: Programa 2086 – Transporte Aquaviário e Programa 0807- Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

No Programa 2086 encontra-se contemplado, dentre outros, o Projeto de Modernização Portuária para Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMS; Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos; Expansão do Terminal 1 no Porto do Rio de Janeiro (reembolso de financiamento); Adequações das instalações gerais e de suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí; Implantação do sistema de sinalização náutica e Estudos para o Planejamento do Setor portuário. Foram executados nesse programa R\$ 25,7 milhões.

O Programa 0807 são investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação, com execução R\$ 588 mil.

Investimentos CDRJ	Disponível	Realizado	%
2018	44.296.866	26.296.647	59,36%
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Empresas Estatais Federais			
Recursos Próprios	3.464.200	587.481	16,96%
2086 - Transporte Aquaviário			
Recursos Tesouro	24.420.658	9.323.933	38,18%
Recursos Próprios	16.412.008	16.385.233	99,84%

Para o exercício 2019, a alocação de recursos encontra-se distribuída conforme o quadro abaixo, detalhando as principais áreas de investimento:

Investimentos CDRJ	Disponível
2019	39.850.770
144X - Adequação das Instalações de Acostagem, Movimentação e Armazenagem de Cargas	
Recursos Próprios	16.112.008
Recursos Tesouro	496.758
4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	
Recursos Próprios	4.634.410
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	
Recursos Próprios	3.707.627
20HM - Estudos para Planejamento do Setor Portuário	
Recursos Tesouro	3.525.667
14KJ - Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios	
Recursos Tesouro	3.037.166
145B - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos (Porto do Rio)	
Recursos Tesouro	2.616.362
145D - Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos (Porto de Itaguaí)	
Recursos Próprios	300.000
Recursos Tesouro	1.534.117
14RC - Implantação do Programa de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	
Recursos Tesouro	1.805.326
14KM - Implantação do Sistema de Monitoramento de carga da Cadeia Logística	
Recursos Tesouro	1.500.000
144Z - Adequação de Instalações de Circulação (Porto de Itaguaí)	
Recursos Tesouro	391.275
7390 - Implantação do Sistema de Sinalização Náutica (Porto de Itaguaí)	
Recursos Tesouro	127.347
14KL - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária	
Recursos Tesouro	62.707

Desempenho

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ desenvolveu e implementou ações e procedimentos com o objetivo de alavancar seu desempenho operacional no decorrer do ano de 2018 pautada, principalmente, nas Ações do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP.

Os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí obtiveram um crescimento na movimentação de cargas e encerraram o ano com o recorde de 63,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 7% em relação a 2017, quando foram movimentadas 59,6 milhões de toneladas.

Vale destacar que o Porto do Rio de Janeiro registrou um crescimento de 12,1% em sua movimentação total, atingindo a marca de 7,1 milhões de toneladas e o Porto de Itaguaí, com 56,6 milhões de toneladas movimentadas, registrou um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Em 2018, a CDRJ iniciou a análise preliminar da demanda para futuros arrendamentos no Porto de Itaguaí e apontou potencial de cargas a serem operadas no local.

Tal análise, ainda pendente de finalização com a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e

Ambiental (EVTEAs), viabilizará o início de processo de licitação, com vistas ao arrendamento das áreas.

Com o mesmo objetivo, foi contratado estudo similar para o Porto do Rio de Janeiro, especificamente para a Ilha da Pombeba, com a finalidade de utilizá-la para movimentação de granéis líquidos.

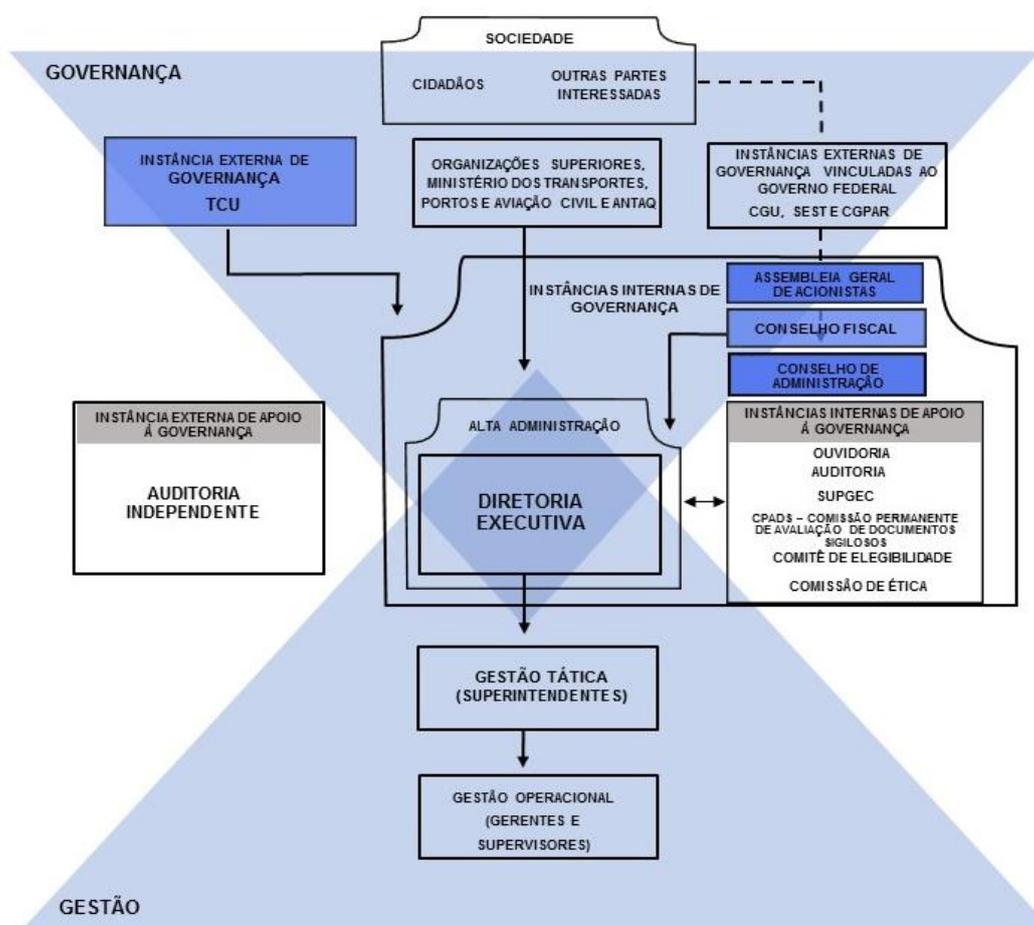
O ano de 2018 marcou, ainda, a aprovação do plano de reestruturação financeira da CDRJ, pelo Conselho de Administração - CONSAD, que foi elaborado para atender ao disposto no Acórdão nº 2310/2018, do Tribunal de Contas da União, com a finalidade de sanar pendências estruturais da Companhia, como dívidas vultosas absorvidas da antiga Portobras, referentes aos contratos de leasing, considerável passivo trabalhista, Portus e Securitização de alguns contratos de arrendamento junto ao Tesouro Nacional.

O referido plano de ação vem sendo implementado através do cumprimento de metas de curto, médio e longo prazo, e é considerado prioridade para o ano de 2019, com vistas a permitir a CDRJ ocupar o lugar de destaque que sua força de trabalho e sua história merecem.

Governança

Em atendimento à Lei 13.303/16, a CDRJ vem adotando boas práticas de Governança e dando foco no crescimento da área.

Estrutura de Governança



Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:

A Companhia Docas do Rio de Janeiro vem estruturando sua unidade de Gerenciamento de Riscos, tendo desenvolvido os seguintes documentos internos:

- IN. SUPGES.01.002 para a Gestão de Riscos e Controles da empresa, composta pelas diretrizes que serão observadas na Gestão de Riscos da Companhia;
- Detalhamento do Processo - Governança e Controles, no qual consta o desenho proposto pela Secretaria Nacional de Portos - SNP, atual Secretaria Nacional de Portos

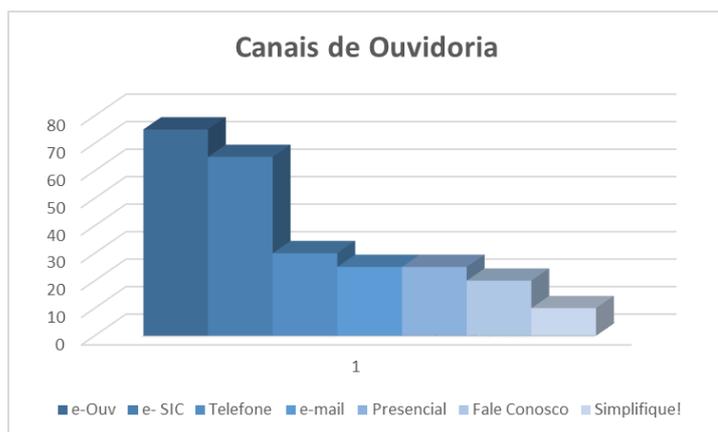
e Transportes Aquaviários - SNPTA, por intermédio da Consultoria Deloitte, durante o PMGP, contemplando as atividades de Gestão de Riscos e Controles Internos na CDRJ;

- Fluxograma - Gerir Riscos e Controles: Fluxo do processo de Gestão de Risco e Controles da Companhia Docas do Rio de Janeiro, desenvolvido pela SNPTA, por intermédio da Consultoria Deloitte durante o PMGP. Embora algumas ações pontuais tenham sido postas em prática, devido ao acúmulo de competências mapeadas no bojo do PMGP, o setor vem encontrando entraves para o efetivo cumprimento do Gerenciamento de Riscos na Companhia. Visando contornar esses entraves, algumas ações vêm sendo estudadas, como treinamento específico para a equipe responsável, bem como a estruturação de quadro de pessoal da área, com previsão para execução das propostas de melhorias para o exercício de 2019.



Ouvidoria – Ferramenta de controle

A Ouvidoria da CDRJ recebe suas demandas por meio de atendimento do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), e-mail, telefone, presencial, fale conosco e Simplifique!



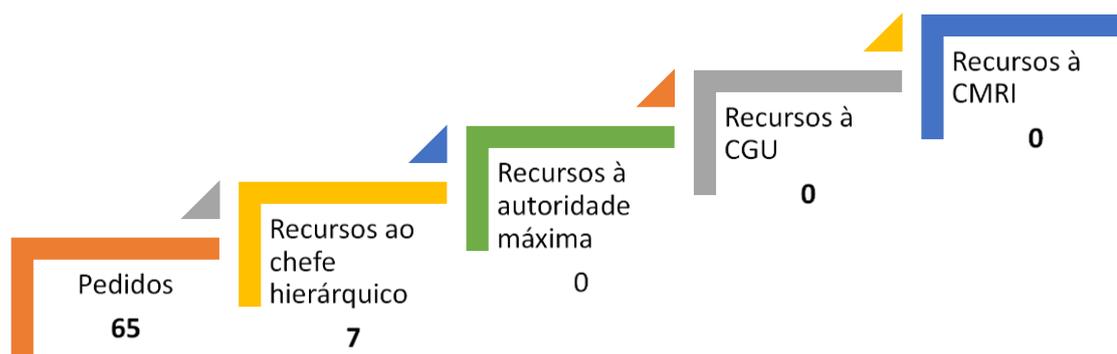
Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) disponibilizou, em 2018, nova funcionalidade que permite ao cidadão, em casos de pedido de informação cuja a natureza possa vir a ser objeto de denúncia, ter a identidade preservada.

O e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada, para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracias.



Quantidade de pedidos	65
Média mensal de pedidos	5,42
Tempo médio de resposta	12,22 dias



Formas de Participação Cidadã em Processo Decisório

A ferramenta “Simplifique”, promovida pelos ministérios da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), é a maneira pela qual qualquer usuário de serviços públicos pode contribuir e participar do processo de simplificação do país, fiscalizando os padrões de atendimento definidos pelo Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

O Simplifique foi implementado na CDRJ, no exercício de 2018, por meio da Portaria nº 522/2018 e encontra-se disponível através do portal:

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacaoSimplifique.asp>

Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

O prédio da CDRJ, onde encontra-se localizada a Ouvidoria, atende aos quesitos de acessibilidade, dispondo de elevadores para deficientes na portaria principal e elevadores no interior do prédio, limpeza e poltronas confortáveis aos usuários do serviço da Ouvidoria. O atendimento ocorre diariamente em horário comercial, na sala da ouvidoria, no 3º andar do edifício sede ou através dos canais de atendimento disponibilizados em nosso portal, e-mail da ouvidoria, sic ou fale conosco e os Sistemas e-Ouv, e-SIC.



RISCOS CORPORATIVOS

TIPO DE RISCO	RISCO	MITIGAÇÃO
Estratégico	Eficiência da Estrutura e dos Processos Organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Mensuração de processos\atividades através de indicadores de desempenho • Programa de Modernização da Gestão Portuária (PMGP) • Aperfeiçoamento da Gestão de Riscos
Tecnológico	Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Soluções em TI • Integração dos Sistemas de Informação
Comercial	Atração de Novos Negócios e Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de viabilidade de novos terminais e projetos de expansão • Elaboração do Plano de Negócios Anual
Operacional	Perda de Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> • Análise contínua da demanda da infraestrutura portuária, buscando adequá-las as necessidades da operação portuária
Regulatório	Fiscalização de Terminais	<ul style="list-style-type: none"> • Alocação de recursos e capacitação da força de trabalho das áreas de fiscalização
Jurídico	Processos Judiciais e Contingências	<ul style="list-style-type: none"> • Análise jurídica prévia a tomada de decisão • Identificação e tratamento da causa-raiz • Revisão de normativos Internos

Financeiro

O decreto nº 9.240/2017 aprovou o Programa de Dispêndios Globais para o exercício de 2018 com uma dotação total de R\$ 425,5 milhões, correspondendo R\$ 398,3 milhões para despesas correntes e R\$ 47,4 milhões para despesas de capital. A lei nº 13.587/2018 (LOA/2018) aprovou o Orçamento de Investimentos (total das despesas de capital). Os ajustes no decorrer do exercício elevaram o orçamento total para R\$ 530,1 milhões.

Em real R\$

Ato Legal	Dotação	Correntes	Capital	TOTAL
Decreto nº 9.240/2017	Dotação Inicial	398.275	47.412	445.687
Portaria nº 381/2018-MP	Reprogramação	467.460	62.593	530.053
Ofício nº 108169/2018-MP	Remanejamento	467.460	62.593	530.053

Evolução das Despesas 2014-2018

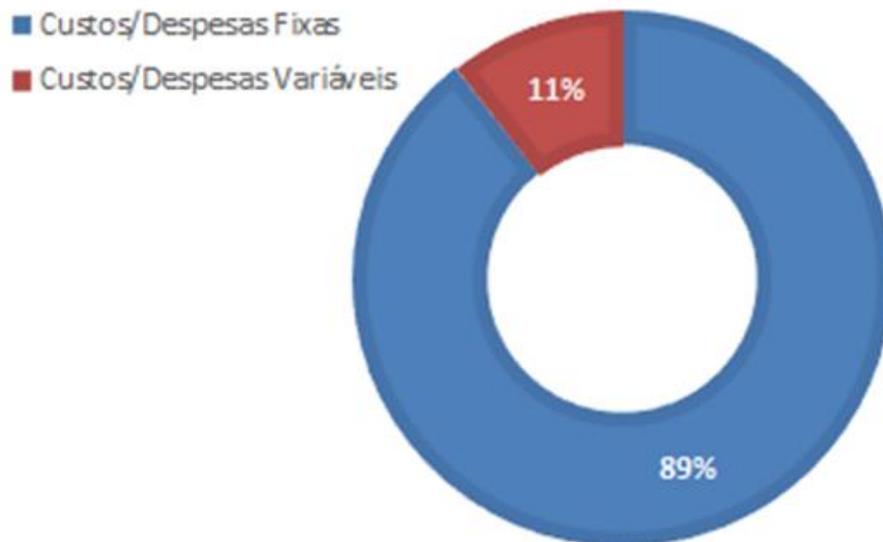
Em 2018, foram executadas despesas de custeio no valor total de R\$ 108,3 milhões, os quais incluem despesas com manutenção e conservação da infraestrutura operacional e administrativa, além tributos diversos e outros gastos com custeio.

Os gastos com pessoal mantiveram o nível de execução do exercício anterior, porém com um crescimento das demandas judiciais trabalhistas.

	2014	2015	2016	2017	2018
Correntes	434.285	413.107	399.184	435.361	465.504
Capital	14.406	31.821	136.281	28.122	26.297
TOTAL	448.691	444.928	535.465	463.483	491.801

Desempenho Orçamentário – Análise da Execução

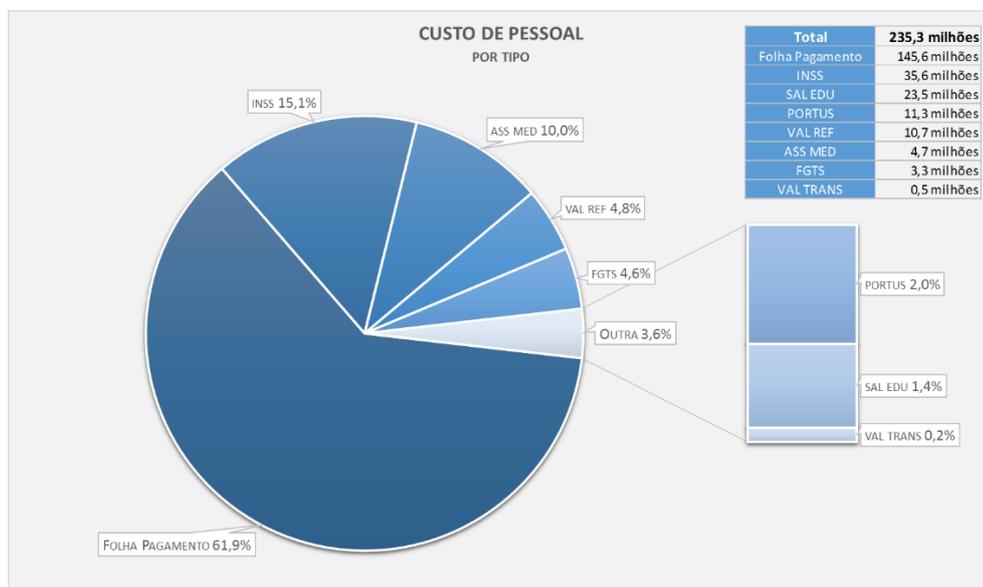
Com desempenho semelhante ao exercício anterior, o orçamento de 2018 sofreu com os bloqueios judiciais, que cresceram muito a partir do segundo semestre de 2017, causando extrapolacões com relação a previsão. O excesso de custos/despesas fixas prejudicaram o equilíbrio das contas, que chegam a 89% da despesa total.



Custo de Pessoal

O limitador do efetivo máximo dos empregados da CDRJ, é regulamentado pela Portaria, nº 17, de 22 de dezembro de 2015 da Secretaria Executiva do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Segue, abaixo, o Custo de Pessoal, por tipo:



Política de Remuneração

A remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria é objeto de aprovação por parte da Assembleia Geral Ordinária (AGO), com base na Nota Técnica elaborada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) sobre a proposta apresentada pela Companhia.

A Remuneração da Diretoria Executiva é composta dos seguintes itens:

- Remuneração Fixa
- Remuneração Variável (RVA)
- Honorário Variável Mensal (HVM)

O Honorário Variável Mensal da Diretoria Executiva é definido em decorrência do resultado da avaliação quanto ao cumprimento das metas de gestão da CDRJ, no trimestre.

Política de Participação dos Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade

As políticas de participação dos empregados e administradores depende dos resultados positivos da entidade no ano de avaliação. No ano de 2018, a companhia teve um prejuízo apurado no valor de R\$ 349.721 mil. Ainda que inferior em 10,09% ao ano de 2017 (R\$ 388.969 mi), não permite a possibilidade de qualquer participação sobre esse resultado negativo. Acrescente-se, ainda, os passivos existentes referentes ao leasing originado da extinção da Portobras e o pagamento da securitização de receitas de contrato de arrendamento, que dificultam ainda mais a efetividade do programa de participação dos empregados e administradores nos resultados da entidade.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ aprovou na 731ª reunião, de 13/01/2020, a **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa**, referente ao exercício de 2018, e a subscreve, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Presidente do Conselho de Administração

MARIANA PESCATORI CANDIDO DA SILVA

Conselheira

DAVI EMERY CADE

Conselheiro

JÚLIO CÉSAR BARBOSA MELO

Conselheiro

CARLOS EDUARDO COLLARES MOREIRA PORTELLA

Conselheiro

PAULO RENATO BASTOS RODRIGUES MARQUES

Conselheiro